

Não há socialismo sem feminismo



Por **Julian Rodrigues***

No Brasil, milhares de mulheres, jovens pobres, pretos, tomaram contato com o feminismo, com as demandas pelas liberdades sexuais e de gênero e com a luta pela igualdade racial num contexto de hegemonia de autores e teorias não marxistas.

"Pessoas sujeitas à injustiça cultural e à injustiça econômica necessitam de reconhecimento e redistribuição" (Nancy Fraser)

"Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres" (Rosa Luxemburgo)

Começo este texto com uma confissão/lamento. Não é nada fácil ser um militante orgânico da esquerda socialista e, simultaneamente, ativista/dirigente/pesquisador dos movimentos sociais LGBTI e de Direitos Humanos. Minha tristeza se dá porque - mesmo após todos os avanços político-teóricos ocorridos nos últimos 40 anos - parece que ainda continuamos presos em uma espécie de limbo. A maioria da esquerda partidária e social enxerga minha militância, e das ativistas LGBTI/feministas/antirracistas, como algo, no fundo, um tanto extravagante. Coisinha secundária.

"Poxa o cara é petista, é legal, capaz, mas é bicha, hem? cuidado com as piadinhas - ele ajuda muito na construção da linha do partido para esse setor específico - mas está sempre cutucando e tentando inserir a viadagem em nossas políticas centrais."

Assim mesmo, pude protagonizar muitas coisas, como a criação da Frente Parlamentar LGBTI, a consolidação do setorial nacional LGBTI do PT, a construção do programa de Lula-2006, a I Conferência Nacional, a formulação dos programas de Mercadante, Marta e Haddad, a criação do Transcidadania, e tantas coisas mais.

Por outro lado, voltando ao quadro geral, registro com vigor: é senso comum equivocado a ideia que nós, socialistas/comunistas/petistas, historicamente somos inimigos das lutas feministas, LGBTI e antirracistas. Um dos pioneiros da discussão sobre os

a terra é redonda

direitos sexuais foi Magnus Hirschfeld^[1], médico, sociólogo, militante do SPD, o partido socialista alemão, e batalhador pela revogação do Parágrafo 175 (que criminalizava a homossexualidade naquele país).

Foram também as mulheres socialistas que impulsionaram o movimento feminista na passagem do século XIX para o século XX. Sem Clara Zetkin (militante do mesmo SPD) não haveria o 8 de março, por exemplo. Isso para não mencionar a gigante Alexandra Kollontai e os avanços impressionantes da Revolução russa, em seus primeiros anos, no campo dos direitos das mulheres e das liberdades individuais.

Feito esse *saludo a la bandera*, é inegável que o movimento comunista internacional e a maioria da esquerda relegaram, na maior parte do tempo, a pauta feminista, antirracista e anti-homofóbica a um lugar secundário (quando não a ridicularizaram). Aqui não se trata de mapear detalhadamente esse percurso^[2] histórico (da relação entre marxistas e a luta LGBTI, por exemplo), mas de problematizar algumas questões atualíssimas.

Partindo do “lugar de fala” (conceito hiperproblemático que merecerá outro artigo) de homem socialista e gay – que, ao mesmo tempo, é militante petista e do movimento LGBTI – há muita coisa para desenvolver.

Em relação ao questionamento de que a esquerda não tratava das questões raciais, do enfrentamento da herança escravista e da luta pela igualdade racial, é fato que, com todas as limitações político-teóricas, não dá para apagar a atuação e as formulações do PCB, que desde sua fundação em 1922 abordou e elaborou o problema do racismo estrutural no Brasil, investindo na organização das/os negros/as. Já em 1930, por exemplo, o BOC (Bloco Operário Camponês), impulsionado pelo jovem Partido Comunista do Brasil, lançou Minervino Oliveira a presidente da República, um marmorista, trabalhador negro.

Impossível também deletar todas as imbricações históricas, teóricas, práticas e objetivas. Feminismo e socialismo são movimentos indissociáveis, o que não nos permite, claro, ignorar a contribuição fortíssima do feminismo liberal e de tantas outras vertentes feministas na maravilhosa jornada pela igualdade entre mulheres e homens no século passado.^[3]

Todavia, uma forte tensão entre os movimentos e partidos comunistas/socialistas e o ativismo das mulheres, dos negros e negras, dos homossexuais e pessoas trans sempre foi um elemento presente e significativo, mundialmente e no Brasil. Nunca foi algo simples para as feministas socialistas se incorporarem organicamente às direções das organizações de esquerda, porque, entre muitas outras razões, as mulheres lutaram para demonstrar que “a esfera pessoal é política”.

a terra é redonda

A opressão de

gênero não é uma simples consequência da exploração econômica capitalista que será resolvida em um mágico segundo momento (na sociedade socialista pós-revolução). E os homens da esquerda e toda a organização machista da sociedade nunca foram sensíveis, digamos assim, às novas questões das mulheres.

No caso, por

exemplo, da então “novíssima” questão homossexual, lésbica, trans, e da potência inovadora do levante do movimento negro, o nó sempre foi muito mais difícil de desatar. E estamos falando de questões que ganharam relevo no fim dos anos 1970 no Brasil.

A esquerda só pensa em classe?

David Harvey^[4] sintetiza tanto o *delay* da esquerda marxista mundial quanto o deslize liberal dos novos movimentos: “A entrada na política cultural era mais compatível com o anarquismo e com o liberalismo do que com o marxismo tradicional, levando a nova esquerda a se opor a atitudes e instituições tradicionais da classe trabalhadora”.

Não é novidade que a fragmentação da política, a emergência de novos atores, setores, demandas e pautas como as questões ligadas à igualdade de gênero e racial, LGBTI, sexualidade, meio ambiente, dos povos colonizados, foram incorporados pela chamada “nova esquerda” e, ao mesmo tempo, estigmatizados (ou desprezados) pela esquerda marxista tradicional.

Harvey vai ao centro da questão, quando constata que a abertura de parte da esquerda, desde os anos 1960, ocorreu simultaneamente ao abandono da crença tanto no proletariado como instrumento de mudança como no materialismo histórico enquanto instrumento de análise: “Assim, a nova esquerda perdeu sua capacidade de ter uma perspectiva crítica sobre si mesma e sobre os processos sociais de transformação, insistindo que era a cultura e a política que importavam, e que não era razoável nem adequado invocar a determinação econômica mesmo em última instância; foi incapaz de conter sua própria queda em posições ideológicas que eram fracas no confronto com a força recém-encontrada dos neoconservadores.”

E daí que retornamos ao *imbroglio* inicial. A “velha” vanguarda socialista e as direções da maioria das entidades, movimentos e partidos de esquerda não incorporaram de fato essas questões. Até hoje, aliás, patinam, mesmo com todos os avanços ocorridos. Simultaneamente, a atual juventude progressista coloca no centro de sua militância o feminismo, o antirracismo, a ecologia, a defesa dos direitos LGBTI, e meio que apaga o referencial socialista, marxista, comunista, da sua visão de mundo e de sua prática social.

Enquanto essa nova vanguarda de esquerda – universitária, preta, jovem – se referencia preferencialmente na centralidade da batalha pelo respeito à diversidade, aos direitos humanos, à

a terra é redonda

igualdade de gênero e racial, ela muitas vezes também subestima, na prática, qualquer perspectiva antissistêmica e “rupturista”. Abandonam, esses milhares de novos militantes, o materialismo histórico-dialético como parte importante da explicação do mundo e se distanciam do anticapitalismo, chegando mesmo a quase ignorar as contradições de classe como fator estruturante de todas as opressões.

Não falam em socialismo, nem em revolução. Algo diferente. Nos anos 1980, por exemplo, uma das marcas, no Brasil, do feminismo socialista (e das mulheres do PT) era a seguinte consigna: “não há socialismo sem feminismo”.

Em muitos momentos hoje é difícil demais identificar diferenças significativas entre neoliberais progressistas (conceito genial cunhado por Nancy Fraser)[\[5\]](#) e esse ativismo da jovem esquerda feminista, antirracista, pró-LGBTI. Diria eu que a ênfase na importância da representatividade tem esvaziado a denúncia da desigualdade material como chave de leitura básica da realidade de opressão econômica e social no capitalismo de todo o mundo.

Há um recorte geracional que estrutura essa questão, *per supuesto*. A derrota histórica do projeto socialista (simbolizada pela queda do Muro de Berlim) teve como uma de suas consequências o quase aplastamento da tradição teórica marxista nas universidades. E uma perda de influência das ideias comunistas mundo afora. Se somarmos isso à hegemonia de um programa, uma tática de centro-esquerda e uma forma de organização reformista moderada do campo popular no Brasil, fica mais fácil compreender a cabeça da garotada.

Esquerda liberal

No Brasil, milhares de jovens pobres, pretos, mulheres, tomaram contato com o feminismo, com as demandas pelas liberdades sexuais e de gênero e com a luta pela igualdade racial neste contexto de hegemonia de autores e teorias não marxistas — embora não necessariamente antimarxistas (pós-estruturalismo, teoria queer, decolonialidade, etc.). Uma nova onda do feminismo e do ativismo LGBTI, junto com a visibilidade e empoderamento das negras e negros, provocou, contudo, ruídos e reações, à esquerda e à direita. Aqui, vou circunscrever minha análise ao campo progressista.

O fortalecimento dessa agenda emergiu acompanhada de um questionamento progressivo das formas anteriores de organização, tanto das entidades e estruturas dos movimentos sociais como, principalmente, da forma partido, em especial do Partido dos Trabalhadores, visto como “governo” ou parte do “sistema” por boa parte dessa nova galera ativista.

Na prática, boa parte do novo ativismo universitário-jovem-preto-feminista-LGBTI se abrigou no PSOL (mesmo

a terra é redonda

com muitas restrições) e/ou apostou na visibilidade, no empoderamento, na lacração, na ação individual nas redes sociais, como centro da ação política. Uma coisa meio autonomista, meio anarquista, meio...

Problemáticos

conceitos

como “privilégio” e “branquitude” tornaram-se quase hegemônicos em certos meios, em detrimento de qualquer perspectiva classista ou de análise sistêmica do capitalismo. O foco no denuncismo, na culpabilização individual das pessoas por suas ações ou mesmo por suas condições, substituiu visões estruturadas sobre as desigualdades sociais, de classe, raça, gênero, território, intercruzadas. Sem economia e sem história, sem classe e sem modo de produção.

Em algum momento, sumiram o capitalismo, a luta de classes, as estruturas opressoras, o imperialismo, a geopolítica, a burguesia dominante. Sobraram apenas indivíduos “malvados”, carregando, um a um, seus privilégios de homens, brancos, heterossexuais. Na prática, milhares de militantes de esquerda giram, ideologicamente, na órbita do liberalismo, em sua versão progressista, ainda que militem organizadamente em partidos autodenominados socialistas.

Assim, nesta hora atual, sites de esquerda não se diferenciam de outros da direita liberal bonitinha. Quando a turma próxima do PSOL da Mídia Ninja e a galera do irmão do Luciano Huck do “Quebrando o Tabu” reverberam a mesma visão de mundo é porque há um problema nítido de hegemonia ideológica. Parte da nossa “txurma” não sabe mais o que é uva e o que é banana.

Vintages/recuados da esquerda

Enquanto isso, na “Sala de Justiça”, um pedaço grande dos nossos velhos, machos brancos heterossexuais, dirigentes partidários e sindicais, *mezzo* comunistas/socialistas, *mezzo* moderadões/acomodados, se ancoram em rótulo desqualificador (que ganhou popularidade) para descartar de uma vez só toda e qualquer agenda feminista, pró-diversidade, antirracista, libertária.

Aprenderam que parece *cult* classificar a luta pela diversidade e direitos humanos como “pauta identitária”, supostamente, algo que dividiria a classe trabalhadora e facilitaria as vitórias eleitorais da extrema direita por ser uma coisa intrinsecamente contrária aos “valores do povão”. Nada de novo no *front*. No fundo, é uma turma que nunca engoliu o protagonismo das mulheres, das pretas e pretos, dos jovens, das LGBTI; que nunca se convenceu, de verdade, que as políticas afirmativas são imprescindíveis para o avanço da igualdade e do respeito à diversidade.

Desde quando a igualdade entre mulheres e homens é um simples problema de afirmar a identidade feminina? Quem

a terra é redonda

decretou que o questionamento da herança escravista e do racismo estrutural se relaciona apenas com reforçar a identidade negra (e não com igualdade social)? De onde tiraram a ideia que a liberdade de orientação sexual e de identidade de gênero tem a ver com a mera proclamação de identidades (e não com justiça)?

Alguns dos dirigentes/formuladores da esquerda brasileira – um tanto heterossexuais, talvez mais brancos, talvez mais machistas, talvez mais pretensiosos – buscam se ancorar em autores estadunidenses assumidamente liberais, como Mark Lilla,[\[6\]](#) o cara que resolve dar conselhos à esquerda, focando sua crítica justamente na agenda dos direitos humanos e da diversidade. E bota a culpa da vitória do Trump na gente!

Poxa! a jornada histórica das mulheres, negros/as, LGBTI, não é apenas por poder se sentar em uma mesa da palestra ou ficar lacrando nas redes sociais, assustando massas evangélicas que, supostamente, de outro modo, votariam na esquerda. É por direitos plenos, igualdade e reconhecimento. A rigor, os caras responsabilizam as conquistas das mulheres, negros e negras, das LGBTI, pela ascensão da extrema direita. É como se a gente tivesse avançado o sinal demais. Tratam o povo trabalhador como “intrinsecamente reacionário”.

Abdicam do caráter civilizatório do comunismo, do socialismo, da esquerda em geral. De modo utilitarista e economicista, apagam aquele conceito tão lindo do Marx: emancipação. Como se fosse possível, ou coerente, defender um mundo novo sem questionar o patriarcado, o racismo e todo tipo de opressão.

Classe, raça, gênero, direitos e liberdades

É muita “tosquice” considerar que um programa de esquerda não possa, ao mesmo tempo, dialogar com a classe trabalhadora em todas as suas dimensões. No Brasil, então, pensar que classe, geração, gênero, raça, território, orientação sexual, identidade de gênero, estariam desconectados é idiotice gigantesca. Sem redistribuição não há reconhecimento. E vice-versa.

A turminha, ao invés de ficar citando Lilla, deveria ir atrás de Fraser.[\[7\]](#) Gênero e raça, ela nos ensina, têm dimensões econômicas e cultural-valorativas. É preciso integrar, portanto, as lutas e os remédios para a injustiça social e econômica (redistribuição) e para a injustiça simbólica e cultural (reconhecimento). Não é tarefa simples, nem isenta de contradições.

Meu ponto central aqui é: que esquerda é essa que antagoniza a luta pelos direitos sociais e econômicos da luta pela igualdade de gênero, racial, pela liberdade sexual? Há

a terra é redonda

(ou deve haver) hierarquia na agenda de reivindicações e mobilizações do bloco-popular-socialista?

Ora, desde os anos 1980, no Brasil, as feministas de esquerda propagam a síntese: gênero, raça e classe (faltava ainda a luta das lésbicas, travestis e mulheres trans). Por que recuar agora? Qual o sentido de rotular essas lutas nossas — e que são, de fato, do conjunto do campo popular — comomeramente “identitária”?

Por outro lado, qual o fundamento real para esquecer a luta de classes e só falar em “representatividade”, ou de supostos “privilegios” (de gente que não é rica) ou de “branquitude”(como se brancos proletários fossem iguais a brancos burgueses)? Quando foi que uma condição “menos vulnerável” se transformou, automaticamente, em lugar de opressão? A partir de que momento o enfrentamento do patriarcado, do machismo, da cis-heteronormatividade, do capitalismo, do racismo estrutural, virou mera denúncia de privilégios individuais da fulana ou do sicrano?

Há muitas distâncias e gargalos teóricos, geracionais, territoriais, sociais, organizacionais, partidários. Mas é possível convergir. Quando Angela Davis coloca 6 mil pessoas sentadinhas no Ibirapuera para ouvi-la é porque existe um caminho sim, agora. É possível ser comunista, feminista, antirracista, internacionalista.

É necessário e urgente que a direção majoritária da esquerda (PT e PCdoB principalmente + alguns “intelectuais”) parem de desprezar o que nominam como “pautas identitárias”. Aliás, que interrompam, imediatamente, o uso dessa categoria (arrogante, machista, desqualificada e desqualificadora).

Paralelamente, é preciso que a jovem vanguarda cesse suas restrições aos partidos políticos de esquerda e incorpore a perspectiva do povo trabalhador, da luta de classes - e do marxismo - em suas análises e em seus programas, estratégias, táticas e métodos de luta.

E voltemos todas e todos à Rosa, por que não? Sem igualdade social não há reconhecimento da diversidade e tampouco liberdade. Ou à Fraser, vamos misturar os remédios do reconhecimento cultural com os da redistribuição material.

***Julian Rodrigues** é ativista LGBTI e de Direitos Humanos.

Notas

[1] Facchini, Regina, e Simões, Júlio Assis.*Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT* (FPA, 2009).

[2] Renan Quinalha já

a terra é redonda

fez um belo esboço, “Marxismo e sexualidade no Brasil: recompondo um histórico”, na revista *Margem Esquerda*, n. 33, 2.º sem. 2019, publicada pela Boitempo.

[3] Para um panorama inicial, ver *Breve História do Feminismo*(Claridade, 2011), de Carla Cristina Garcia, e *Feminismo e Política*(Boitempo, 2014), de Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel.

[4] Harvey, David. *Condição Pós-Moderna* (Loyola, 25.ª ed., 2014).

[5] Nancy Fraser, “*O que tornou Trump e o ‘trumpismo’ possível foi uma crise de hegemonia*” ([“Do neoliberalismo progressista a Trump — e além”](#))

[6] [“A esquerda deve pensar o republicanismo do futuro”](#)

[7] Fraser, Nancy. *Da distribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça em uma era “pós-socialista”*. Trad. Júlio Assis Simões. Cadernos de campo, 14/15, jan/dez 2006.